

A expropriação dos mestres-artesãos no Portugal contemporâneo (séculos XIX-XX)¹

The Expropriation of Masters-Artisans in Contemporary Portugal (19th-20th centuries)

RAQUEL VARELA²

ROBERTO DELLA SANTA³

Resumo: Neste ensaio debatemos a expropriação dos mestres-artesãos no Portugal contemporâneo, com destaque para a génese do processo na época oitocentista, durante a transição para o capitalismo em Portugal, depois de 1820. Destacamos o processo de expropriação, a dinâmica social – entre as formas históricas de trabalho pré-capitalistas e capitalistas – e, finalmente, fazemos uma análise crítica da analogia, realizada no período do Estado Novo, entre as guildas medievais e o corporativismo ditatorial da autocracia burguesa (1926-1974), defendendo que o sistema corporativo encerrava em si uma autonomia e democracia real do trabalho autorregulado na era medieval que não existiu no Estado Novo ou, via de regra, noutras fases contemporâneas, incluindo a mais recente. Neste sentido, trata-se de uma revalorização das artes e dos ofícios medievais a partir de uma perspetiva metodológica fundamentada na centralidade do trabalho vivo.

Palavras-Chaves: Artes e ofícios; expropriação dos artesãos; Portugal contemporâneo; corporações medievais.

Abstract: This essay debates the expropriation of masters-artisans in Contemporary Portugal, focusing on its origins in the 19th century. It explores how this process unfolded throughout the Portuguese transition to capitalism after 1820. We focus on the expropriation process, the social dynamics – between pre-capitalist and capitalist forms of labour –, and, finally, critically analyze the analogy made during the Estado Novo between medieval guilds and the dictatorial corporatism of the bourgeois autocracy (1926-1974). We argue that the corporate system in the medieval era had a self-regulated work autonomy and real democracy that is absent in the Estado Novo regime and generally lacking in other Contemporary periods, including the present one. It is a reassessment of medieval arts and crafts, with a methodological perspective founded on the centrality of living work.

Keywords: Arts and crafts; artisans' expropriation; Contemporary Portugal; Medieval corporations.

¹ Este artigo inédito será parte de um capítulo de um livro, a publicar em 2023, sobre História de Portugal (entretanto publicado, já depois de submetido, em *Breve História de Portugal*, Bertand, 2023).

² História, Territórios e Comunidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; CEG, Universidade Aberta; Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6121-1379>.

³ CEG, Universidade Aberta; MTTs, Universidade de Brasília; Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7364-3267>.

A história do Portugal contemporâneo – como a história do mundo – nestes últimos 200 anos é também a história da expropriação dos meios de trabalho ou modos de vida⁴ da maioria da população, que obriga a se tornarem assalariados os que nada têm a não ser a sua força de trabalho. Até ao advento das relações sociais tipicamente capitalistas, a maioria dos trabalhadores estava ligada à produção, sobretudo, agrícola. Eram arrendatários, de longa e, até, *de facto* eterna duração. Tinham acesso à terra comum e uma parte mais pequena eram artesãos, sobretudo na cidade, onde aprendiam as assim chamadas artes e ofícios do trabalho medieval.

O capitalismo moderno é um parto contraditório que aumenta a produtividade, ampliando as possibilidades efetivas de liberdade e, contraditoriamente, subjugando o modo de vida dos trabalhadores. Antes, cantava-se ao ritmo das ceifas, fazia-se sesta na oficina, cavaqueava-se na taberna. Na fábrica moderna não se pode cantar, dormir ou sequer conversar (Barreto, 1981 e 1982). Há mesmo multas para o que se considera «distrações» de qualquer tipo «não-produtivo». A intensidade e o ritmo do trabalho no século XXI, determinados pela cadência da «governança por algoritmos», tornam a conversa, embora legal, impossível. A alienação do trabalho – e, portanto, de si

próprios – é o signo por excelência do capitalismo tardio.

Em 1897, os operários da Fábrica das Varandas entram em greve contra as ameaças por parte do mestre-geral, o inglês Morris, porque este depreciava o material nacional existente na fábrica, querendo substituí-lo por material inglês, e porque, entre outras coisas, queria proibi-los de fumar («Actas da Confederação Nacional das Associações de Classe», 2 de fevereiro de 1897, *in* Fonseca, s.d.: 201).

Em 1850, a Administração da Imprensa Nacional aprovou um regulamento nas suas oficinas que suscitou o protesto dos operários. Estipulava, além de um longo horário de trabalho, «obediência cega dos subordinados, proibindo que os trabalhadores fumassem, conversassem, abrissem as janelas ou a elas se chegassem, etc. [...]». O *Ecco dos Operários* publicou a esse respeito um comunicado, assinado por um tipógrafo, denunciando o carácter despótico do regulamento, apelando para que os trabalhadores de todas as profissões se associassem e convidando-os a compenetrarem-se de que «o trabalho é uma convenção entre os artistas e os proprietários, e não a escravidão como estes querem». O liberal e democrata *Revolução de Setembro* publicava pouco depois uma resposta àquele comunicado, acusando-o de preconizar a «emanci-

⁴ Do inglês médio tem-se a palavra *livelihood* para o «ganha-pão» que assegura o sustento a quem necessita.

pação anárquica» das classes operárias e salientando que o tal «teorema», segundo o qual o trabalho seria um convénio entre os trabalhadores e os proprietários, ia afinal contra «o direito e a necessidade de o empresário impor aquelas condições de ordem e regularidade que julga indispensáveis para o bom trabalho» (Barreto, 1981: 262-263).

A noção de «trabalhador livre» tem por isso um duplo significado, que Karl Marx ironizou: «livres como passarinhos», ou seja, livres da servidão, livres de terem de trabalhar para um senhor, e até livres da corporação de ofício. Mas «livres» também de meios e fatores de produção, terras, instrumentos ou ferramentas, lugar de trabalho ou de comércio, acesso a matérias-primas e conhecimento. São, por isso, obrigados a trabalhar por um salário, definido pelo patrão. E que só tem de «usar» o trabalho quando, com o mesmo, auferir lucro, não havendo obrigações de alimentar ou prover quem trabalha em tempos de baixas de produção ou crises.

Os artesãos e camponeses caem então nas fileiras do moderno proletariado, seja porque sucumbem na concorrência com a grande indústria ou porque as aptidões profissionais pretéritas são depreciadas pelos novos métodos de produção.

Situação com que se defrontam até hoje uma série de novos sectores, que viram a natureza do seu trabalho ser reestruturada em função

de novas expropriações, com destaque para os novos processos de gestão neoliberal pós-1990, ou, mais recentemente, o trabalho por plataformas, ou o trabalho, mesmo qualificado, uberizado pela dita «inteligência artificial», que impele o trabalho para uma forma de nova escravidão digital – que combina desigualmente modernos algoritmos e antigas formas de espoliação, do Vale do Silício, nos EUA, até à Lagoa Korle, no Gana, o maior cemitério digital de dispositivos eletrónicos do Planeta (cf. «O país da África que se tornou um “cemitério de eletrónicos”», in BBC, 2016).

Friedrich Engels ilustrou de forma sarcástica, na sua obra fundadora, *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, que:

O servo da gleba tinha sua existência garantida pela organização da sociedade feudal, que assegurava a cada um seu lugar; o operário livre não tem garantia de nada, porque só tem seu lugar na sociedade quando a burguesia precisa dele – caso contrário, é como se não existisse. O servo sacrificava-se ao senhor em tempo de guerra; o operário fá-lo em tempo de paz. O senhor era um bárbaro, que considerava o servo um animal; o patrão é um civilizado, que considera o operário uma máquina. Em suma, ambos, servo da gleba e operário, estão mais ou menos no mesmo plano e se há alguma desvantagem em sua posição, esta cabe ao operário livre. Ambos são escravos, mas enquanto a escravidão de um é franca, aberta, a do outro é pífia, hipocritamente dissimulada aos seus olhos e aos

olhos de todos, é uma servidão teológica, pior que a antiga. (Engels, 2004: 220)

A transformação de camponeses e artesãos em assalariados (Fontana, 2019) deu-se *pari passu* com o aumento, nunca antes visto na História, da produtividade, numa combinação de utilização das novas formas de energia e máquinas, com o vapor, depois a eletricidade, e a padronização – a simplificação e a standardização dos produtos. O preço a pagar foi, porém, altíssimo, isto é, a perda de autonomia e criatividade, a separação entre pensar e fazer, o conceber e o executar. Neste ensaio procuramos analisar como, em Portugal, se dá todo este processo histórico de libertação dos vínculos das corporações de ofício, ou seja, como passam os artesãos a modernos trabalhadores assalariados despossuídos.

1. A expropriação dos mestres-artesãos

Em *El Rei Junot*, Raul Brandão recria a Lisboa da transição histórica para o novo modo de produção social, ainda com mestres-artesãos, mas povoada por novos burgueses:

Vão e vêm nas ruas as mulheres do povo, de lenço de cambrá e capote escuro ou vermelho. Diz-lhes o peralta: — É muito linda, Deus a guarde ... — As outras, as burguesas, saem pouco: espreitam das janelas e ficam dias inteiros sentadas sobre os calcanhares. [...] O movimento concentra-se no Terreiro do Paço e nos arredores da Praça do Comércio. As lojas do comércio depois do terramoto mudaram-se para a Rua de S. Bento. Lisboa

era afamada pelos seus mestres sapateiros e pela barateza do calçado. Umas botas magníficas custavam, no tempo de D. Maria, dois mil réis. O mais notável mestre era, até 1777, José Francisco, o saloio. Só depois de 1810 se deixou de usar sebo nas botas: foi um castelhano que trouxe a novidade [...].

Nas ruas da Baixa, cheias de oficinas escuras, os operários vêm trabalhar para fora. As pretas, sentadas no chão, vendem castanhas e mexilhões em tigelas; apregoam a branquinha alfeloa, gergelim e alcomonia, cravo-do-maranhão e azeite de Santarém, e na Ribeira Velha, pendurados em ganchos, expõe-se a fressura de porco, carne, ovos, etc. Moças à porta das barracas vendem arroz com açafraão, sardinha assada e chanfana, e mariolas embrulhados nas capas enchem as tabernas. A noite é a hora em que «todo o mulato arma a sua briga e todo o barbeiro toca a sua bandurra» [...]

Falta a água, a lenha custa um dinheirão. Uma boa galinha vale um cruzado [...]. O mês de Janeiro, o mês da cortesia, é também o mês dos senhorios. Os alugueres tardios são postos em pregão pelo porteiro na Praça do Depósito. A mobília é à Luís XVI: os ricos mandam-na vir de fora; e os marceneiros imitam-na. É o que se chama estilo de D. Maria. Pintava ornamentos e pinturas nas salas e tectos Francisco José da Rocha, o Setúbal, que ganhava 35.200 por dia (Machado de Castro, Ms.) As esquinas das ruas de Lisboa estão cobertas de editais e anúncios manuscritos de charlatães, dentistas, obras literárias, etc. [...] No Verão veem-se muitos editais de touros. Perto da esquina do Amparo juntam-se os cegos que fazem uma lamúria de ensurdecer e na Praça do Rossio vendem-se limonadas em casquinhas volantes e covilhetes de arroz-doce.

A mais gabada casa de pasto é a do Polido Isidro, e também são afamadas a do Almeida e a do Talaveira, e no Rossio um armazém de vinhos frequentado pelo Xavier de Matos e pelo Lobo de Carvalho [...]. Nas boticas joga-se o gamão, e nos saraus a bisca coberta e o truque cede o lugar ao isque.

[...] O fedor de noite sufoca, e, no Verão, a lama, tão antiga como a história, ergue-se em nuvens pelos ares. É a lama da Índia, das conquistas, do terramoto e da desgraça. Isso não impede o ajuntamento e a má língua. Às portas as senhoras vizinhas palram [...]

O negociante português vai à missa às 8; à bolsa às 11; janta à 1, dorme a sesta até às 3, merenda às 4 e ceia às 9.

(Brandão, s.d.)

2. As guildas medievais

As guildas medievais ou corpos mesteirais, associações de gentes qualificadas num ofício, são formas pré-capitalistas de conservar para uma categoria o controlo do processo produtivo, da formação à criação do mestre-artesão, que começa como aprendiz. Estas corporações conservavam um poder, um *mistério* e um *saber*, como recorda Richard Sennet (2009), o *segredo de ofício*, como ficou no jargão popular até hoje em diversos idiomas, que permite regular e, assim, qualificar quem exerce determinado ofício.

Não existia separação radical entre trabalho intelectual e manual, e o trabalho era *permanente*. O trabalhador permanecia no ofício (fosse da família ou não) e na oficina ao longo

de toda a vida, estava assegurado o direito vitalício ao trabalho e ao meio de subsistência. A *obra-prima*, que era um exame de admissão à profissão, é a primeira obra autónoma, e tem um cunho coletivo. Na indústria cultural do século XX — a produção em massa de bens culturais —, a noção original de «obra-prima» perde daí o significado histórico. O que era a «primeira obra» realizada pelo aprendiz do ofício em causa, com a aprovação pelo corpo de produtores adquire, gradualmente, o sentido próprio e apanágio de um *dom artístico individual*, o qual despreza o produto coletivo — e cooperativo — da época pretérita dos mestres-artesãos e dos seus mistérios.

O capitalismo moderno, para se afirmar, precisa de separar o produtor do produto do seu trabalho, da sua «arte». A noção de trabalho coletivo é substituída pela individualização e a concorrência. O trabalho é parcializado e desqualificado, o que permite a produção em massa. Permite que crianças muito pequenas e mulheres entrem nas fábricas para executar esses trabalhos, repetitivos e alienantes, e aumenta a concorrência aos salários dos homens, ameaçados de desemprego cíclico. O resultado é uma mortalidade infantil e operária infausta (Pelz, 2016; Engels, 2004), com o avanço da revolução industrial.

A consequência é também uma degradação do trabalhador, que de possuidor da «poção mágica» do saber, na metamorfose capitalista, é engolido pela cadência da produção em

massa. Como lembra José Barreto a propósito das discussões dos tipógrafos contra a proletarização, não era só a depressão salarial que estava em causa:

Naturalmente, também na qualidade do produto se reflectia esta situação, vendo muitos tipógrafos um perigoso factor de desprestígio da profissão (a «nobre arte da imprimeira»...) no péssimo trabalho executado por «aluviões de crianças baralhadoras de tipos». (Barreto, 1981: 260)

A taxa de analfabetos em Portugal era, na viragem do século XVIII para o século XIX, bastante superior a 80%,⁵ quando os artesãos tinham taxas de analfabetismo de 3% (barbeiros), 14% (carpinteiros de carruagens) a 39% (ferreiros) (Fonseca, 1979: 57). A qualificação da arte dá-se com um exame que lhe atribui reconhecimento pelos pares e pelas instituições. Este reconhecimento dos pares é das características mais importantes para assegurar o prazer no trabalho, implica socialmente uma identificação essencial para a autoestima.

Daí — permitam-nos um parêntese temporal — que a sua ausência seja, no século XXI, dos temas mais mobilizados pela Antropologia, a Sociologia e a psicodinâmica do trabalho. Não se ter *reconhecimento* é um fator — determinante — para o *adoecimento* no trabalho.

Um sapateiro tinha, no Antigo Regime, na respetiva oficina, centenas de instrumentos, conhece peles, linhas, cortes, tem noções aprendidas de Matemática, Física e Química, incorpora um saber com milhares de anos. Um operário na fábrica de calçado, atualmente, executa uma tarefa repetitiva de colar solas, por exemplo, 8, 10, 12 a 14 horas por dia.

Um médico conhece o doente, o seu historial clínico, da sua família, o seu modo de vida, domina os instrumentos, conhece os medicamentos, tem um consultório, por vezes, em casa. No século XXI, com a automação, a digitalização e a Inteligência Artificial, ele pode tornar-se num operário da Medicina, que manda fazer um exame, aplica um protocolo, e assina um seguro que o protegerá do erro.

Hoje, um trabalhador, em média, só conhece a sua tarefa. O mesmo trabalhador, no século XIX, podia ser lavrador e ao mesmo tempo jornaleiro, ou migrante sazonal, e a sua mulher, parte do tempo, doméstica, com trabalho parcialmente assalariado realizado no domicílio. Monteiro Cardoso estudou Trás-os-Montes neste período: «A multiplicidade de ocupações no meio rural, como forma de assegurar a sobrevivência, é evidenciada pela existência de professores de primeiras letras, que também eram, por exemplo, latoeiros ou barbeiros e

⁵ Os primeiros cálculos surgem só na segunda metade do século XIX.

ainda agricultores» (Rogério Fernandes, *apud* Cardoso, 2004: 78).

O trabalhador conhece o processo de trabalho, o lavrador sabe ir da semente à colheita, a mulher, do linho ao vestido. Nas fábricas ou na agricultura industrial, porém, ele apanha um fruto, ela costura uma bainha final. Não são agricultores nem costureiras, são operários – meros apensos ou «*appendix*» de máquinas. A separação entre trabalho material e intelectual não levou só ao aumento da produtividade, levou também à expropriação de saberes e fazeres essenciais.

O padrão histórico da transição para o capitalismo é o espoletar do trabalho assalariado como forma dominante de trabalho. É o início, épico e catastrófico, da transição da subsunção *formal*, mas ainda não *real*, ao capital. Ou seja, mesmo que os trabalhadores estivessem a laborar para um industrial, de panos, por exemplo, dominavam *realmente o seu trabalho*. Por isso Marx chamou a este o *trabalho vivo*.

A introdução da máquina vai operar uma rotação profunda dentro do processo de trabalho, com impacto em toda a história da humanidade. O trabalhador deixa de dominar o trabalho real na sua complexidade, e só consegue operar parte dele, na cadeia produtiva. A máquina passa a «saber» fazer tecidos.

Do tear a vapor no século XIX ao computador no século XX. Da memória de quem trabalha vai-se perdendo a noção fulcral de que o trabalho da máquina é inventado e criado por trabalhadores. Passa a ser o novo «ativo» das classes proprietárias.

Oiçamos o testemunho do tipógrafo Alexandre Vieira, no início do século XX:

sou hoje operário tipógrafo apenas por bambúrio,⁶ isto é, pela mesma razão que podia ser... fogueteiro,⁷ por exemplo. Isto no que concerne à escolha da profissão. Só o que respeita à educação profissional, devo dizer que foi mimo que não recebi, pois, decididamente, não pode considerar-se como tal acto de colocar um rapaz em face de uma caixa de caracteres móveis, e explicar-lhe, rapidamente, onde se encontram letras a, o, s, z, etc. Ainda me recordo dos apuros em que me vi para aprender, sozinho, a alinhar no componedor os primeiros caracteres tipográficos. E foi com esta bagagem que marchei pela vida fora. E é em condições semelhantes que marcham, geralmente, os adolescentes de hoje [...]. (Vieira, 1950: 18-19)

Os nossos leitores devem estar a interrogar-se, a esta altura, algo como: mas nós não vivemos numa sociedade moderna em que quase todos aprendem uma profissão condigna, vão, via de regra, à escola, e até onde há muito mais

⁶ Acaso feliz; golpe de sorte inesperado.

⁷ O trabalhador do fabrico de foguetes.

complexidade produtiva ou capacitação para a inovação contínua? Ou mais. Um *chef* de cozinha não continua a ser um autêntico «artista» nas artes culinárias, digno do respeito de seus antigos antepassados, e um lavrador não saberá tanto mais sobre correção de solos do que seus predecessores, subsumidos pela intempérie da natureza?

Sim e não. No capitalismo moderno, há o desenvolvimento oriundo da divisão sociotécnica do trabalho. É decerto mais complexo, mas as pessoas sabem, em geral, apenas parcelas da sua totalidade. O exemplo do médico é paradigmático, antes profissional solitário e com autoridade socialmente reconhecida, hoje, esse é um modelo ultrapassado pelas ciências biomédicas, que requerem trabalho coletivo, integração num sistema de saúde (hospitalar ou outro) e técnicas específicas que uma única pessoa não poderá nunca dominar na sua totalidade.

Esta última afirmação deve servir de alerta para não canonizar o passado nem demonizar o presente, ou seja, as questões norteadoras dos estudos do trabalho devem ser, sempre, não só como e quando produzir algo, mas também para quem e para quê. O regime do mestre-artesão pré-capitalista e do trabalho profissional típico da era contemporânea tem um exemplo interessante no modelo de trabalho teatral do dramaturgo alemão Bertolt Brecht (Jameson, 1999: 17): tanto funcionava como um órgão democrático de trabalho cole-

tivo, análogo, portanto, às corporações de ofício medievais, como garantia a especialização sociotécnica da divisão do trabalho, tipicamente moderna. O que parece ser central, aqui, é que a organização do trabalho não é apenas uma escolha técnica e administrativa, mas, sobretudo, de cariz político pedagógico axial. O que e como produzir — *o produto deve visar os lucros ou as pessoas?* — são perguntas nodais.

3. Reconhecimento: para quê, para quem?

O reconhecimento dos artesãos no Antigo Regime era ambíguo:

Exercer «ofício mecânico», depender «mais do trabalho do corpo do que do espírito» representava na sociedade portuguesa de antigo regime uma barreira impeditiva não somente da nobilitação, mas também do exercício de cargos honoráveis nas câmaras e noutras instituições locais. [...] O termo «mecânico», por oposição a «nobre», rapidamente caído em desuso nessa acepção, é corrente nas páginas de Camilo. No *Amor de Perdição*, Rita pedia ao irmão, Simão Botelho, «que não andasse com pessoas mecânicas». (Cardoso, 2004: 75)

Tudo parece indicar que o modelo dos mestres-artesãos tinha vigorado mais de 500 anos. A conquista aos mouros, desde o século XII, levou os reis a ceder poder às cidades medievais, como compensação pela ajuda para derrotar o império islâmico; juntou-se depois a ceifa de vidas na Peste Negra, que impulsionou a fuga de servos para as cidades, onde

havia falta de mão-de-obra, que assim se libertavam do senhor.

A primeira tentativa de formalizar este poder dos mestres artesãos surge em 1384, com D. João I, que constitui a Casa dos Vinte e Quatro, em resposta à sua participação nas revoluções de 1383-1385. A Casa dos Vinte e Quatro era uma congregação que autorregulava o exercício da profissão: o número de horas de trabalho diárias, o número de aprendizes, o número de peças que cada um podia fabricar, matérias-primas, a disciplina interna, o ritual do exame, e a «moral social requerida», entre a ética e a religião.

O seu âmbito era claramente mais que económico-corporativo, tendo em vista que estes sectores intermédios eram os responsáveis por fazer funcionar as cidades e pagar os seus impostos (os pobres não podiam pagar, os ricos não queriam). Nas corporações, assumiam assim tarefas como cuidado dos pobres, receção aos estrangeiros, segurança, etc. Tinham as suas irmandades e confrarias, para proteger os seus irmãos doentes e velhos – as cenas de caridade nas confrarias povoam a pintura renascentista. Cidade e artífice são, aliás, então, quase sinónimos (Reis, 2005: 328-329).

As ruas e arruamentos ganham nomes de ofícios, porque, ao estarem juntos: 1) podia ser verificado se cumpriam os regimentos; 2) porque havia aprendizagens mútuas; 3) porque estando o mercado assegurado, a coo-

peração era regular; e 4) porque assim se tornava mais fácil a cobrança de impostos.

O esplendor das catedrais medievais da Europa Ocidental nasce deste *mistério*, que é o seu trabalho artesanal coletivo e organizado orgânica e metodicamente como um todo. Pode-se dizer, como apontou em tempos Alex Callinicos, que as catedrais medievais foram uma parte crucial dos aparelhos hegemónicos do feudalismo europeu (Callinicos, *apud* Della Santa, 2022). Mas eram também, diz, obras de arte coletivas, «fruto do trabalho anónimo de muitos artesãos habilidosos, muito diferentes do ideal romântico da arte burguês tal expressão da subjetividade aurática do génio solitário».

Tal processo foi descrito magistralmente, aqui na Península Ibérica, no romance *A catedral do mar*, de Ildefonso Falcones (Lisboa, Bertrand, 2009). No século XIV, Barcelona está no auge da sua prosperidade. Cresceu até ao bairro pobre dos Pescadores, La Ribera, cujos trabalhadores decidem construir o maior templo já conhecido, Santa Maria del Mar, a primeira catedral feita pelos artesãos e trabalhadores, sobretudo pelos estivadores.

É uma construção em paralelo à aziaga história de Arnau Estanyol, servo da terra que foge das ofensas do seu senhor feudal e se fixa em Barcelona, onde adquirirá a nova cidadania, tornando-se, enfim, um homem livre. Arnau passa a integrar as classes laboriosas como cuidador de cavalos (*palafrener*) e esti-

vador (*bastaix*) e, depois, passa de soldado-arqueiro a cônsul-do-mar.

O reconhecimento dos artesãos é tão central na sociedade que, no Corpus Christi, uma procissão com as bandeiras dos ofícios percorria orgulhosa as ruas da cidade de Lisboa. Levavam o estandarte do trabalho. Os ofícios tinham os seus dias santos, algumas profissões, ainda hoje, celebram o seu «dia santo», os seus hospitais (de todos os santos) e as confrarias. Uma curiosidade: o projetado hospital a construir em Lisboa na década de 2020 chamar-se-á Hospital de Todos os Santos.

4. A crise dos mestres-artesãos

O arquétipo dos mestre-artesãos começa a entrar em crise no absolutismo monárquico, antes de ser destruído pelo liberalismo burguês. O Marquês de Pombal vai permitir licenciar trabalhadores através da Junta do Comércio, retirando às corporações essa faculdade. Tinha de dar resposta à reconstrução de Lisboa, destruída pelo terramoto de 1755, que precisava de mais artesãos licenciados do que os que existiam. Mas também estava a impulsionar as manufaturas, querendo retirar poder aos trabalhadores de verificarem a qualidade do trabalho em oficinas independentes.

Pombal cria as companhias monopolistas, que eliminam os concorrentes mais frágeis; e a Junta do Comércio e a Aula de Comércio, pro-

curando formar e apoiar o desenvolvimento comercial, também quebrando a organização dos mestres-artesãos.

A partir de 1770, um plano da indústria manufatureira cria fábricas, e importa máquinas e técnicos estrangeiros de alto gabarito (Carvalho, 1982; Proença, 2021: 464-465). Vieram também dirigir obras como o Convento de Mafra e a Torre dos Clérigos, no Porto. Em Lisboa e no Porto, fábricas de chapéus, algodão, papel, loiças, metalurgia, refinação de açúcar. Entre as grandes destacam-se a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, pensa-se que empregava já 1348 pessoas em 1779; a Real Fábrica de Louças, no Rato, que se tornou espaço central de formação técnica. A Real Fábrica de Sedas,⁸ fundada na era joanina, com 3500 trabalhadores.

Não é claro como se dá a circulação desta força de trabalho, mas existe. Há registo, no século XVI, de emigração de artesãos em busca de melhores salários, para Moçambique, Sofala, Ormuz e até Goa (Fonseca, 1979: 45). No século XVII, a escassez de trabalho qualificado em Lisboa era intensa, como se pode verificar nesta busca incessante por um tintureiro para a fábrica de sedas das Amoreiras. O percurso do artesão é espantoso:

Em 1751 [...] chega a Lisboa o francês Pierre Dangé, tintureiro, que andara pelas índias em busca do segredo de certa tintura carmesim,

⁸ São as amoreiras que fornecem alimento ao bicho de seda.

que afirmava ter descoberto. Propõe-se, se o seu trabalho agradar, mandar vir um grupo de operários de França e instalar entre nós uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão [...]. Em 1752 Diogo de Mendonça Corte-Real escreve, de Lisboa, a Galvão de Lacerda, em Paris: «[...] busque em Leon um bom desenhador e um bom tintureiro para a Fábrica de Lisboa [...]»⁹. Oito meses decorridos, e referindo-se ao tintureiro que ainda não se conseguira contratar, oficiava-se de Lisboa: «estamos esperando com bastante impaciência, porque a Fábrica não tem nenhum». Só em Outubro de 1753¹⁰ o tintureiro procurado chegou a Lisboa e desejou que se construísse uma Casa da Tinturaria, segundo desenho seu, após o que mostraria as suas capacidades. O desejo foi imediatamente satisfeito. O mestre tintureiro chamava-se Louis La Chapelle e, devido às excelentes informações que se obtiveram a seu respeito, fez-se-lhe o contrato por dezasseis anos, o que cumpriu com pleno agrado, acabando por ser um dos diretores da Real Fábrica das Sedas. Morreu em Lisboa em 1770. (Carvalho, 1982)

Com o crescimento das manufaturas e depois das fábricas vai ser cada vez mais difícil às corporações o controlo sobre a produção e sobre a formação dos aprendizes. O seu pequeno mercado enfrenta-se ao mercado nacional, inserido no mercado mundial.

A reação dos mestres a esta degradação do seu meio de trabalho terá sido a multiplicação de multas e penas mais duras para os subalternos, a ocultação de processos de trabalho (Fonseca, 1979), com vários relatos de fugas de aprendizes no final do Antigo Regime; bem como a exigência de pagamentos para aceder ao exame, aumento do tempo de trabalho como oficial (os ourives, por exemplo, aumentaram de um para três anos esse tempo, em 1767), que exigiriam aos oficiais vindos de fora, já examinados, um novo exame de admissão e ainda queriam garantir a hereditariedade de posições adquiridas (Matta, 2009: 6).

5. A extinção das corporações e o seu significado

Assim, em 1834, a burguesia vence e vai abolir as corporações e a casa-mãe que as representava, a Casa dos Vinte e Quatro. Miriam Halpern Pereira defende que não aboliram em 1820-1822 porque «não podiam correr o risco de alienar o apoio político do meio artesanal» (Pereira, 1994: 71).

Ao longo de todo o século XIX e início do XX vai haver uma polémica no movimento operário sobre o significado da extinção das corporações. José Barreto identificou o debate nos tipógrafos portugueses:

⁹ Mudámos o texto para a grafia moderna.

¹⁰ Estava 53, mudámos para 1753.

Segundo o relator João José dos Santos, de profissão gravador, o regime liberal, tendo feito cair a Casa dos Vinte e Quatro e outras instituições, provocara «uma completa invasão dos ofícios uns aos outros, cedendo o regime¹¹ à habilidade do indivíduo e, pouco depois, a habilidade ao dinheiro». A «liberdade abusiva nos ofícios» provocara igualmente a *insuficiência dos salários*. Daí a razão pela qual na Sociedade dos Artistas Lisbonenses se debatia a restauração de uma *regulamentação dos ofícios*, na intenção de se apresentar depois uma «representação e projecto ao Governo de S. Magestade» [...]. Em 1853 o mesmo gravador propõe a transformação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (fundado em 1852) em algo semelhante à antiga Casa dos Vinte e Quatro, não visando propriamente o Antigo Regime, mas mais proteção. A resposta do operário Vieira da Silva é lapidar, a Casa dos Vinte e Quatro era uma «instituição odiosa» que «entorpecia a indústria e lhe prendia os braços», sustentando o «monopólio dos poucos mestres contra o grande número de oficiais e aprendizes». (Barreto, 1981: 257- 258)

Testemunha do movimento social operário, o dirigente anarquista Manuel Joaquim de Sousa — será secretário-geral da CGT, fundada em 1919 — considera um avanço extraordinário o fim da Casa dos Vinte e Quatro,

instituição popular, pequeno burguesa, que remontava ao século XIV, com os seus grémios, Juiz e Procuradores do Povo, corporações mestreiras, etc.; abolidos os exames para mester-patrão, atendeu-se ao espírito de dignificação humana — uma das conquistas das revoluções liberais da época — e ao desejo do livre desenvolvimento das indústrias. A degradação moral do aprendizado e oficialato impostos pelos mestres, desapareceu. Não melhorou, porém, a sua situação económica. Entregues ao seu próprio destino, ignorantes, tementes a Deus e sem recursos, a situação dos modernos operários manteve-se miserável. (Sousa, 1976: 25-26)

No mundo de língua inglesa, esta polémica foi protagonizada numa contenda literária e política entre dois socialistas, Edward Bellamy, nos EUA, e William Morris, na Inglaterra.¹² No fundo, debatia-se sobre o papel das máquinas e da proletarização, e o sentido do trabalho e do ócio.

Em Edward Bellamy, o futuro do trabalho é uma utopia sem trabalho, a automação teria eliminado quase todo o trabalho e o homem poderia dedicar-se aos prazeres da arte/lazer e/ou separar-se, de todo, da vida laboral. Em William Morris, a utopia do trabalho é a transformação de todo o trabalho em criativo, trabalho autónomo, a labuta mecânica e o trabalho árduo foram eliminados, mas o trabalho humano continuou a ser a atividade fundamental de todos os seres sociais, agora todos

¹¹ No original, «régimen».

¹² Cf. *Looking Backward* (1887) de Edward Bellamy e *News from Nowhere* (1890) de William Morris.

voltados para a imaginação criativa e o pensamento crítico. Esse debate continua até hoje, em vários campos, por exemplo, na psicodinâmica do trabalho, fundada por Christopher Dejours, que indaga sobre qual é o limiar do sofrimento humano e do prazer no trabalho e como isso se reflete no ambiente de trabalho em geral.

A crítica aos mestres-artesãos não podia — para William Morris — ofuscar o seu papel histórico na construção do belo e no avanço do trabalho enquanto arte e obra humana coletiva, já que o seu desaparecimento não significa apenas o fim de uma rígida hierarquia e um travão da «ordem» e do «progresso». Significa também o fim paulatino de uma sociedade onde trabalho e beleza, criação e esforço andam de mãos dadas, onde não havia trabalho sem harmonia.

William Morris, que foi também fundador das artes decorativas inglesas, sublinha o papel dos mestres-artesãos. O seu argumento central, sobretudo a partir da Inglaterra medieval, é de que o século XIV foi o período da «vitória histórica dos mestres-artesãos». Embora este período seja frequentemente associado à Peste Negra, Morris defendeu que

mais significativo do que isso, e em absoluta superação disso, foi muito mais marcante o crescimento de relações sociais de trabalho mais livres e igualitárias. Este foi o período mesmo em que o desenvolvimento de classe das «yeomanry» livres nas áreas rurais e guildas democráticas relativamente igualitá-

rias, de mestres-artesãos livres nas cidades, estiveram em seu mais alto cume, tal como é refletido nas conquistas das assim chamadas «artes decorativas». (Foster, 2020)

Para Morris, «o objetivo principal da sociedade deve ser a maximização do prazer no trabalho, a fim de satisfazer as necessidades humanas genuínas». Foi «a falta desse prazer no trabalho diário» sob o capitalismo, diz Morris, «que tornou as nossas cidades e casas insultos sórdidos e horríveis à beleza da Terra, que desfiguram, e todos os acessórios da vida em algo miserável, trivial e feio».

O socialista criticara — há mais de 100 anos — o desperdício de trabalho dedicado à produção de quantidades incontáveis de produtos inúteis, como «arame farpado, canhões de 100 toneladas e painéis publicitários que estragam a paisagem ao longo dos caminhos de ferro, entre outras coisas». Também criticou os «bens adulterados», que estragam vidas humanas e também «poluem o ambiente natural e social» (Foster, 2021: 25).

6. O Estado Novo vs. as corporações medievais

No Estado Novo, a partir de 1933, as corporações medievais vão ser respigadas como exemplo notável de cooperação entre capital e trabalho, um corpo uno da nação sem máculas das «feridas da luta de classes».

Franz-Paul de Almeida Langhans (1908-1986), secretário pessoal — por uma década — de An-

tónio de Oliveira Salazar, vai ser o principal estudioso das corporações medievais, onde procurava inspiração para sustentar a ausência de liberdade na ditadura fascista, que proibia sindicatos de trabalhadores e partidos políticos.

A resposta de historiadores sociais mais progressistas, como Carlos da Fonseca, é a de rejeitar a mistificação da relação realmente existente entre mestres, oficiais e aprendizes, recorrendo as relações de subjugação, que também pautaram tal forma de labor no passado.

Na verdade, a comparação entre as corporações medievais e as corporações do Estado Novo é, no mínimo, extravagante. Ao aprendiz e ao oficial era ensinado um ofício. Era isso que lhe dava mais poder, ele sabia o que fazia. No Estado Novo não há artesãos, como padrão – há operários fabris, que já não dominam, salvo já raras exceções, o trabalho real.

A democracia medieval do trabalho artesanal não era uma dádiva do Estado, era assegurada pelo poder real de *conhecer o processo de trabalho* e é dela que derivam regimentos, muitos surgidos no século XVI, que hoje pareceriam críticos e revolucionários dentro de qualquer empresa: estipulavam que o trabalho tinha desde logo que assegurar os meios de se sustentarem, afiançavam o direito aos aprendizes de serem ensinados em todo o processo de trabalho, não podiam inovar sem autorização, mas também não podiam ser privados de conhecer as inovações introduzidas e todas as técnicas

de trabalho. Tinham de fazer um exame, uma primeira obra, cujos examinadores eram eleitos, havia rotatividade dos examinadores, que não podiam examinar sozinhos.

A Casa dos Vinte e Quatro, que representava os ofícios em Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães, era composta por 24 delegados, eleitos, com cargos rotativos, e representando grupos de ofícios, para que o trabalho estivesse representado no governo da cidade; era presidida por um Juiz do Povo que com o Senado governava as cidades. Alguns ainda tinham prerrogativas especiais, como os moedeiros (não podiam, por exemplo, ser presos em cadeias públicas) ou os do Arsenal de Guerra de Lisboa, que não tinham de ser arruados. Os regimentos no século XVII que regulavam a profissão impediam mestres de recorrer a aprendizes de outros mestres: impediam de facto a concorrência, mas, também, de facto, garantiam o direito ao trabalho como padrão (cf. Pereira, 1979).

O Estado Novo é a antítese desta organização do trabalho. Os trabalhadores não controlam o processo de trabalho, não têm acesso à aprendizagem de um ofício, muitas vezes nem à alfabetização; não há nenhuma obrigatoriedade de lhes assegurar o sustento ou emprego; são obrigados a estar em organizações sindicais, cujos líderes são controlados pelo Estado.

Como recorda José Barreto sobre os tipógrafos:

[...] O compositor tipográfico do antigo regime era um artista, quase um «intelectual», com prestígio social, bem remunerado, que até ao século XVIII usou espada! A industrialização capitalista da atividade fez proliferar extraordinariamente o seu número e condenou-o à média condição de operário. Em 1846 era já pior remunerado que o carpinteiro e o pedreiro, sujeito a horários arbitrários e a condições de trabalho fisicamente degradantes, obrigado por vezes a executar outras tarefas físicas, como a de *batedor* (tintagem manual), deixando também de se exigir dele as habilitações culturais necessárias. (Barreto, 1981: 261)

Nas sociedades civis burguesas há democracia formal e sufrágio universal, mas, ao mesmo tempo, não existe democracia nos locais de trabalho. Pelo contrário, existem rígidos regulamentos, impostos por hierarquias não eleitas, asseguradas pela expropriação do saber operário e pelo monopólio económico de uma pequena minoria sobre a ampla maioria — garantido pela ausência de democracia no acesso à propriedade (não há controlo público de máquinas, matérias-primas, etc.) e pela ausência de democracia nos locais de trabalho —, a quem trabalha não é perguntado o que deve ser produzido, por quem, para quem e como. Um gestor pensa, organiza, gere força de trabalho. O trabalhador executa e labora (Pelz, 2016: 112), não mais do que isso.

O trabalho da era industrial é contado pelo tempo e não pela qualidade; tinha como objetivo *x* peças em *y* tempo e não valores de

uso, é o que chamamos *trabalho abstrato*: «o dono da fábrica não está a comprar o produto do trabalho dos operários, mas o seu tempo» (Pelz, 2016: 110-111). Já o trabalho autónomo é o que se chama *trabalho concreto*, produzir algo útil necessário e bem executado é o sentido do trabalho.

A disciplina fabril, num trabalho desprovido de sentido, é muito difícil de incorporar, os processos disciplinares e a ameaça de despedimento são parte comum a todos os regulamentos. Os castigos, não raras vezes físicos, eram comuns durante o século XIX. No trabalho autónomo o trabalhador não precisa de castigos para trabalhar, há uma economia moral do trabalho comum.

O trabalhador da indústria tem escassa liberdade durante o trabalho, não pode interromper quando quer o trabalho, descansar (várias greves serão feitas em Portugal a defender a sesta), sequer cantar, como nos recorda o historiador social William Pelz:

Não só a plebe da Europa perdeu o domínio do seu tempo, como deixou de ter qualquer direito a escolha no que dizia respeito às suas condições de trabalho. Se fazia frio ou calor numa oficina era uma questão sobre a qual os trabalhadores quase não tinham influência ou controlo. Muitos europeus pré-industriais poderão ter apreciado cantar enquanto trabalhavam, mas, aos novos trabalhadores industriais [...] podia, ou não, ser sequer permitido falar com os colegas diante as horas de trabalho. Antes

da viragem para a indústria, camponeses e artesãos por vezes bebiam cerveja ou vinho ao longo da jornada de trabalho. (Pelz, 2016)

A coberto da lei de 1834, que impedia as corporações, garantindo que estas coligavam interesses comuns, os artesãos/trabalhadores não se podiam organizar. No mesmo ano, porém, nasce a Associação Comercial Portuguesa e, em 1837, a Associação Industrial Portuguesa. Embora de vigência intermitente e circunscrita até depois de 1850, as associações patronais ganharão cedo legitimidade, enquanto os sindicatos só em 1891 serão *de iure* legalizados. E os seus dirigentes *de facto* continuarão a ser perseguidos – e limitados – nas suas ações coletivas. Também em 1834 é determinado que só podem votar os que possuam um rendimento de 100\$000 mensais (Fonseca, s.d.: 53).

7. Artífices do atraso?

Muitos foram os que procuraram responsabilizar os mestres-artesãos pelo atraso no desenvolvimento industrial português. Ora, as nações mais ricas da Europa, desde logo na região da Flandres, tinham um sistema de corporações muito mais desenvolvido, o que não obstaculizou o salto da moderna revolução industrial.

Carlos da Fonseca reconhece que eles estavam longe de ser os únicos responsáveis pelo atraso estrutural do país. Depois de o Marquês de Pombal ter libertado «o país das amarras da tradição secular» e colocado Portugal

na alvorada do capitalismo industrial [...] à indústria nacional esperavam novas dificuldades. Vítima das destruições francesas? Decerto! Esmagada pelo tratado de 1810? Em parte! Prejudicada pela independência do Brasil? Sem dúvida! Mas que dizer de uma administração que permitia aos soberanos (D. Maria) de se abastecerem a crédito na Fábrica de Sedas [...]? Que pensar dos herdeiros das «manufaturas» pombalinas, recusando-se sistematicamente a investir em edifícios ou na renovação tecnológica? Lembremos que foi preciso esperar um século para que a tecnologia pombalina desaparecesse inteiramente do filatório de Tomar (em 1773-1774). Esperámos também até 1827 para que dois estrangeiros (Baudier e C. Ronze) introduzissem na nossa era uma invenção de 1804: o tear Jacquard! Isto é significativo e tradicional. Não se improvisam industriais, sobretudo quando os pretendentes são agentes da tirania do capital comercial. (Fonseca, 1979: 68-69)

As medidas pombalinas, como assinalam vários autores, podem nem sequer ter tido um alcance significativo:

é importante não polarizar as disputas como se de um lado estivessem as corporações, tidas como responsáveis pelo atraso do desenvolvimento industrial em Portugal, e de outros comerciantes, proprietários de fábricas e «artesãos independentes», como se fossem grupos inovadores e vanguardistas. Até porque, a simples introdução de novas tecnologias não basta para a transformação de comportamentos técnicos. (Matta, 2009: 7)

Bibliografia

Impressa

Barreto, J. (1981). Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal, I. *Análise Social*, **XVII** (66): 253-291;

Barreto, J. (1982). Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal, II. *Análise Social*, **XVIII** (70): 183-212;

Brandão, R. (s.d.). *El Rei Junot*. SAEPA, Ediclen. Madrid;

Cardoso, A.M. (2004). *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O povo e as elites*. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de História Económica e Social no Período Contemporâneo. ISCTE. Lisboa. 935 pp.;

Carvalho, R. (1982). O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal. *Revista de História das Ideias – O Marquês de Pombal e o seu tempo*, I: 91-115;

Della Santa, R. (2022). Para produzir coisas belas. Em: P. Cabreira, J.C. Louçã, M.A. Tavares, M.J.R. Duarte, R. Varela, R. della Santa (coord.). *Estudos globais do trabalho*. Húmus. Porto. pp. 61-89;

Engels, F. (2004). *A situação da classe trabalhadora inglesa*. Boitempo. São Paulo;

Falcones, I. (2009). *A catedral do mar*. Bertrand. Lisboa;

Fonseca, C. da (1979). Ensaio económico-social sobre as corporações e mestres. Em: Pereira, E. (ed.). *Subsídios para a história da indústria portuguesa*. Guimarães Editora. Lisboa;

Fonseca, C. da (1979). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal – Cronologia*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1.º vol.;

Fonseca, C. da (s.d.). *História do movimento operário e das ideias socialistas – Greves e agitações operárias*. (4.º vol.). (1.ª parte). Publicações Europa-América. Lisboa;

Fontana, J. (2019). *Capitalismo y democracia 1756-1848: Cómo empezó este engaño*. Editorial Crítica. Barcelona;

Foster, J.B. (2020). *Return to Nature*. Monthly Review Press. New York;

Foster, J.B. (2021). O sentido do trabalho numa sociedade sustentável. Em: Duarte Rolo, R. della Santa e R. Varela (orgs.). *Trabalhar e viver no século XXI*. Húmus. Vila Nova de Famalicão;

Jameson, F. (1999). *O método Brecht*. Vozes. Petropolis;

Pelz, W. (2016). *História do povo na Europa moderna*. Objectiva. Lisboa;

Pereira, E. (ed.). (1979). *Subsídios para a história da indústria portuguesa*. Guimarães Editora. Lisboa;

Pereira, M.H. (1994). *Das revoluções liberais ao Estado Novo*. Presença. Lisboa;

Proença, M.C. (2021). *Uma história concisa de Portugal*. Ciclos e Debates. Lisboa;

Reis, L. (2005). Os «homens rudes» e muito honrados dos mestres. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, **IV**: 328-239;

Sennet, R. (2009). *O artífice*. Record. Rio de Janeiro;

Sousa, M.J. de (1976). *O sindicalismo em Portugal*. Afrontamento. Porto;

Vieira, A. (1950). *Em volta da minha profissão*. Edição do Autor. Lisboa.

Digital

Matta, G.G. (2009). Cultura de ofícios na Lisboa do século XVIII: Tensões sociais e resistências corporativas. Em: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza. pp. 1-9. [Versão eletrónica]. Acedido em 6 de dezembro de 2023, em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_1a24c-c2dc08835352faa32df49dbfd19.pdf.;

O país da África que se tornou um «cemitério de eletrónicos». (2016, 10 de janeiro). BBC. Acedido a 27 de dezembro de 2023, em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab.